

De Guaikuru a Kadiwéu: conflito e Transculturização

Valéria Nogueira Rodrigues*

Resumo: Os índios Guaikuru viviam no território dominado pelos castelhanos e daí forçosamente mudaram-se após inúmeros conflitos com os espanhóis. Fixaram-se, então, no Pantanal, e aí mantiveram intensa amálgama cultural junto a seus cativos, bem como desenvolveram a criação de gado e, sobretudo de cavalos sob os quais eram quase imbatíveis nos combates. No início do século XVIII a mineração abria os caminhos luso-paulistas na região, erigindo seu aparato político e administrativo, as relações entre os Guaikuru e os paulistas foi marcada, em geral, pelo conflito, porém no final do século estes puseram em prática uma política de amizade promovendo significativas mudanças nas relações sociais dos Guaikuru. Também os Kadiwéu no século XIX, sofreram transformações culturais, de suas relações simbólicas e representações através dos conflitos e da transculturização.

Palavras-chave: índios, conflito, transculturização

Abstract: The Guaikuru indians lived in the territory ruled by the *castelhanos*, and then forcefully moved after several conflicts with the Spanish. They set ground then in Pantanal and kept an intense cultural mixture along with their captives, as well as developed cattle raising, and above all horses on which they were almost unbeatable in combats. In the beginning of the seventeenth century, mining spread roads that belonged to the portuguese and *paulistas* in the region, erecting their political and administrative apparatus; the relationship between the Guaikuru and *paulistas* featured, in general, conflict, however, in the end of the century they put in practice a friendly politics, promoting meaningful changes in the social relations of the Guaikuru. Also the Kadiwéu, in the nineteenth century, suffered cultural transformation, of their symbolic relations and representations through conflicts and transculturation.

Keywords: indians, conflict, transculturation

No século XVII os Guaikuru viviam às margens do rio Pilcomayo, em território pertencente à Coroa Espanhola, que por sua vez, sofria frequentes ataques destes índios bravios que chegavam muito próximo de suas povoações, apropriavam-se de cavalos e gado vacum, além de aprisionar outros indígenas com quem igualmente viviam em conflito. Em decorrência desses ataques os Castelhanos moveram incessante guerra contra os Guaikuru que atravessaram para a margem ocidental do rio Paraguai. Aí se fixaram e durante o século XVIII constituíram uma verdadeira “Fronteira Viva” contra aqueles considerados, então, inimigos mortais. Esta superioridade que detinham sobre as demais etnias provinha, sobretudo, dos cavalos que possuíam.

* Mestranda pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

O talento na montaria, o avantajado porte físico, o espírito guerreiro e vaidoso dos Guaikuru possibilitou que estes mantivessem sobre seu poder centenas de índios e aterrorizassem outras centenas que viviam numa margem e noutra do rio Paraguai. Também mantinham um grande rebanho de cavalos, “que então passaram a criar, calcula-se que possuíam além destes, gado vacum, totalizando oito mil cabeças”. (BALDUS, 1975, p.22).

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, (1990, p.94) os Guaikuru eram antigos conhecidos dos bandeirantes. Os paulistas que primeiro penetraram os sertões da Vacaria já encontraram-nos de posse de cavalos e de armas de procedência européia, como terçados e facões. As planuras que habitavam, os instintos predatórios que os caracterizavam e sua vida ambulatória os devia ter predisposto, há muito, ao uso do cavalo, introduzido por espanhóis.

Na relação entre Guaikuru e seus cativos “tanto um quanto o outro não interferiram substancialmente nas suas formas de vida”, os Guaikuru permaneceram como “caçadores-coletores”, enquanto alguns cativos, a exemplo dos Guaná, que conviveram com estes desde o século XVII permaneceram agricultores, “cultivando e colhendo nos terrenos que ocupavam com suas aldeias”. (COSTA, 2003, p.73).

Neste sentido, podemos afirmar que os Guaikuru eram semi - nômades já que continuaram suas incursões pelo Pantanal, mas passaram a desenvolver a agricultura através dos cativos, além de ao longo do tempo estes terem tendido cada vez mais à vida sedentária ao passo que o número de pessoas aumentou consideravelmente. Além dos acampamentos móveis os Guaikuru mantinham algumas moradas mais fixas localizadas em territórios elevados e que servia como posto avançado e de apoio aos Cavaleiros.

O território habitado pelos Guaikuru era um campo interrompido por matas e palmeiras isoladas, num prolongamento do Grande Pantanal até a serra da Bodoquena. Assim como outras nações indígenas que habitavam o Pantanal estes índios também tiveram que adaptar-se ao ciclo das cheias e secas, retirando-se para áreas mais interioranas nos períodos chuvosos. (COSTA, 2003, p.74).

Fisicamente é unânime entre as autores que trataram sobre os Guaikuru a estatura destes, Rodrigues do Prado (1839, p.28) afirma serem de uma estatura alta, tanto que entre eles havia homens de seis pés e meio de altura, bem feitos, envoltos em carnes, capazes de resistir à fome e a sede, e endurecidos ao trabalho de uma maneira infável.

Mesmo antes da aquisição de cavalos, os Guaikuru, estratificados sobre os Guaná, tinham vencido e desalojado outras nações e também os não-índios, mas o seu verdadeiro

imperialismo só começou depois de terem cavalos que sabiam manejar de maneira excelente, e o sucesso de seu gênio pastoril manifestava-se no tamanho das manadas.

Dessa forma o cavalo constituía-se para os Guaikuru, além de trunfo no combate, um meio de transporte, possibilitando a penetração de vastos territórios mais depressa do que o índio a pé, tal mobilidade garantia a vigilância dos territórios, que por isso dominavam.

Neste mesmo período uma vigente luta política levava a Coroa Portuguesa a montar núcleos político-administrativos para, assim, consolidar a posse da região que pelo Tratado de Tordesilhas pertencia aos Castelhanos. Os interesses daquela sobre o território devia-se a sua importância geográfica, sobretudo em relação a defesa do restante da Colônia e também econômica, devido a extração de metais preciosos e à navegabilidade do rio Paraguai. Deste modo no início do século XVIII os luso – paulistas passaram também a se fixar na região, depois da descoberta de ouro às margens do rio Coxipó, por Pascoal Moreira Cabral.

Os conflitos entre os Guaikuru e os “moradores” se deram desde os primeiros contatos o que levou a Coroa Portuguesa, de acordo com a política indigenista corrente, considerar estes índios inimigos a serem exterminados. Os Guaikuru, por conseguinte, lutaram incessantemente e como estratégia aliaram-se aos Payaguá. Juntos tornaram-se quase imbatíveis, pois enquanto aqueles atacavam sobre seus cavalos estes o faziam habilmente em suas canoas, o que somados à vivência sobre a terra – e sobre as águas – tornava difícil a permanência dos luso – paulistas nas Minas de Cuiabá.

Assim as primeiras relações estabelecidas com esses indígenas foram marcadas pela violência, pois estes desde o início foram classificados como inimigos a serem combatidos, segundo Barboza de Sá (1975, p.12):

no mesmo dia e mes e anno atras nomiado elegeo o povo em voz alta o capitão mor Pascoal Moreira Cabral por seo guarda mor regente thé ordem do Senhor General para poder goardar todos os ribeiros de ouro sovacar e examinar e composições aos mineiros e botar bandeiras tanto as minas como nos inimigos bárbaros.

O clima de hostilidade era tão acirrado que em 1730 o então Brigadeiro Antônio de Almeida Lara recebeu ordens para expedir um bando exigindo que “não sahisse pessoa alguma para povoado nem para sertão sem que antes primeiro se expedise armada contra o gentio.” (SÁ, 1975, p.30).

O primeiro relato de Sá sobre os conflitos entre os luso - paulistas e os Guaikuru data o ano de 1730, segundo o cronista (1975, p.31):

Navegando mais abaixo alguns dias viráo alem do rio um trozo de cavalleiroz que eraó os gentios Aycurús abeirando armada o dito lugar, saltaraó alguns em terra adonde asentaraó uma pessa de Artilharia e intraraó a asenar ao gentio que chegase nisto foyse cobrindo o campo delles por entre muitas palmeiras de corda

que por aly havia armados de lansas e freixas, e lapsos de corda, e ao mesmo tempo sobio o rio abaixo huma escolta de canoas de Payagoas saltaráo em terra, e unidos com os cavaleiros intraráo aflorear e desafiar os Portugueses.

Este episódio deixa transparecer que não havia nos primeiros anos de habitação em Mato Grosso esforço por parte dos luso - paulistas no sentido de apaziguar as relações com os índios já aí moradores, pois “bem logo iniciaram-se os conflitos com aqueles que, descobrindo a nova terra, agiam como donos dela”. (CANAVARROS, 2004, p.247).

Neste sentido o início da exploração de ouro e fixação de bandeirantes em Mato Grosso é concomitante à destruição de aldeias e à extinção de autóctones que achavam-se neste lugar, ou à sua escravização através dos aldeamentos, mas essas ações não eram aleatórias, ao contrário, faziam parte de políticas claras de ocupação territorial e, sobretudo, indigenista.

A respeito da política de ocupação territorial Canavarros (2004, p.16) afirma que houve por parte da Coroa Portuguesa:

uma deliberada política de conquista da região, implementada pela montagem de um aparelho burocrático em Cuiabá, cuja finalidade política se sobrepunha à fiscal [...] Uma mesma política teria presidido a fundação de ambas as vilas (Cuiabá e Vila Bela) com vistas a concretizar os reais objetivos de Lisboa no Extremo Oeste: assegurar a posse da região.

Deste modo a Coroa Portuguesa interessava-se na efetiva ocupação do Extremo Oeste do Brasil para, assim, consolidar a posse da terra, que pelo Tratado de Tordesilhas pertencia à Espanha. A elevação de Cuiabá à Vila, em 1727, e a fundação de Vila Bela, em 1752, foram marcos essenciais desta política de expansão dos limites lusos, para tanto estes perceberam a necessidade de montagem de um aparelho de Estado, a partir daí foi importante verificar as instituições políticas em nível regional, sejam as locais eletivas e as instâncias periféricas da Coroa, isto é, a estrutura institucional que lá se formou e como se deu o exercício do poder político. (CANAVARROS, 2004, p.47).

Para Volpato (1987, p.39): “a Capitania deveria não só conter as tentativas de avanço espanhol, mas tentar ocupar as áreas ainda não ocupadas pelos vizinhos, tornando-se de fato o antemural do Brasil”.

A política portuguesa para efetivar a posse da terra contou, como já dissemos, com grande resistência por parte de algumas nações, sobretudo dos Guaikuru e Payaguá, outras, contudo, foram dizimadas ou escravizadas. A exemplo disto temos os Paresi, Cayapó e Bororo que embora eventualmente incorressem à resistência não suportaram os inúmeros ataques que sofreram.

Como afirma Grupioni (1994, p.15) “o contato representou o fim da autonomia sociocultural de muitos povos do continente e não foram poucos os que sucumbiram perante a determinação dos colonizadores.”

A política indigenista adotada pela Coroa Portuguesa em relação a estes índios não foi igual, para se cumprir o intento de possuir a terra e diante da resistência maior, menor ou inexistente por parte dos indígenas medidas distintas foram adotadas. Para o poder metropolitano havia dois tipos básicos de *gentios*: os aliados e os inimigos.

De acordo com Rita Heloísa de Almeida (1997, p.252):

as duas possibilidades de resposta existentes desde o início do empreendimento são próprias do espírito da época, que concede prêmios ou estabelece punições, civiliza ou escraviza, conforme a atitude de docilidade ou rebeldia com que os índios recebem essas tentativas de aproximação e de convívio oferecidas pelos colonizadores”.

Neste sentido “o índio deveria ser um aliado porque, caso contrário, torna-se inimigo que ‘se concilia’ e se associa a outros europeus com quem os portugueses disputavam as terras do Brasil”. (ALMEIDA, 1997, p. 136).

Uma das formas encontradas para alargar a política indigenista foi o Diretório dos Índios, um documento jurídico que regulamentou as ações colonizadoras dirigidas aos índios, entre os anos de 1757 e 1798. Para Rita Heloísa de Almeida (1997, p.15) “é preciso saber que o Diretório, regulamentando as condições em que se fazia legítima a liberdade dos índios, ainda deu margem à continuidade de certas práticas de escravidão.

O Diretório foi um plano de civilização dos índios e um programa de colonização. Dirigido inicialmente às povoações indígenas do norte do Brasil. Expressando uma visão de mundo, propunha uma transformação social, sendo, assim, o instrumento legal que dirigia e executava um projeto de civilização dos índios articulado ao da colonização, ou seja, uma ampla intervenção, que abrangia a pretensão de construir uma nova ordem social.

Nota-se, desta forma, que o interesse maior do Diretório era ‘civilizar’ os índios, sobretudo, se entendermos esta expressão no sentido usado por Norbert Elias (1993, p.23), para o autor civilização é antes de tudo um “conceito que expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”.

Os Guaikuru, dentro desta política indigenista, foram na maior parte do século XVIII considerados inimigos movendo guerras constantes contra os “moradores”. Estes ataques foram em grande parte em união com os Payaguá, na notória aliança que rendeu-lhes a denominação de “Índios Confederados”.

O primeiro assalto, como já dissemos, data de 1725 e somente a partir daí estes passaram a ser conhecidos dos paulistas através de informações dadas pelos Guató, à essa altura já “pacificados” pelos luso - paulistas. Entre 1725 e 1752 os Payaguá assaltaram cerca de 13 vezes, o que lhes custou inúmeras incursões por parte dos paulistas, dentre estas podemos destacar duas realizadas entre 1730 e 1731 e uma terceira em 1734. A incidência de ataques era tão constante que levou os portugueses a “buscar alternativas de comunicação pelo interior, através de Goiás, cujas minas prosperavam na década de 1730”. (CANAVARROS, 2004, p.250).

Confederados com os Guaikuru foram obstáculos à expansão da colonização européia tornando-se marcos - limites da fronteira sertaneja, impediram, ainda, a progressão dos castelhanos para o Norte. Por causa dos seus ataques quase provocaram o abandono das minas cuiabanas, sobretudo, quando estas deram os primeiros sinais de esgotamento. Tais incursões motivaram a declaração de ‘guerra justa’ contra os Payaguá e seus Confederados, esse processo iniciou-se em 1728, mas somente em 1732 foi aceita pelo rei D. João V, legitimando, assim, uma série de vinganças. Um destes ataques, ocorrido em 1734 provocou a morte de cerca de 600 a 800 índios e 250 prisioneiros, todavia, longe estavam os Canoeiros de serem vencidos, pois, em 1736 estes atacaram “uma monção no Carandá, dentro do rio Cuiabá, à distância de uma semana da Vila, rio - abaixo”, por esta razão perceberam os cuiabanos a necessidade de um caminho alternativo para o povoado. (CANAVARROS, 2004, p.259).

Diante dos inúmeros ataques realizados pelos Guaikuru, com ou sem o apoio de seus “Confederados”, muitos documentos foram enviados ora sugerindo represálias ora fazendo recomendações para que os evitassem. Num destes, datado de 11 de Abril de 1734, faz-se um pedido de armas - pólvora, bala, artilharia - para castigar os Paiaguá e seus confederados Guaikuru que tem assaltado com perda de vida a fazenda real. (APMT, Caixa de Documentos Avulsos, doc.29). Este ano parece-nos particularmente violento, pois numa Carta dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao Rei D. João V desta mesma data [11 de Abril de 1734] dá notícias sobre a chegada da tropa comandada pelo mestre de campo Manuel Rodrigues de Carvalho e relata “o ataque que sofreu do gentio Paiaguá e Guaicuru e as perdas que tiveram”. (AHU/NDIHR, Mf. 1, doc.69).

Outro de 4 de Setembro de 1738 sugere a melhor época para trânsito e o caminho para evitar o gentio Payaguá e os Cavaleiros. (APMT, Caixa de Documentos Avulsos, doc.42). Em outros momentos notamos interesses comerciais motivando “boas relações”, como no documento de Setembro de 1739 que sugere comércio de cavalos com gentio

aycurú, além do pedido de uma bandeira contra os Paiaguá em 1731 “que alojou-se em terras dos *aycurú*” recomendando-se manter boa relação com os índios para futuramente fundar ali uma povoação e assim mais facilmente extinguir os Payaguá. (APMT, Caixa de Documentos Avulsos, doc.49). No mesmo sentido o documento de 18 de Julho de 1737 faz um pedido de cavalos e sugestão de comércio com o “gentio cavaleiro” como solução, porém alertando ser este arriscado e inconstante, sobretudo, por serem considerados ‘traíçoeiros’. (APMT, Caixa de Documentos Avulsos, doc. 36).

Esses adjetivos foram reforçados mediante episódios em que os luso - paulistas tentaram alguma aproximação com os Guaikuru e foram ‘traídos’. No ano de 1740 Barboza de Sá relata uma ‘tentativa de amizade’ com estes índios para comercializar cavalos em troca de roupas - tecidos - machados, petrechos dentre outros objetos, os Guaikuru fizeram aceitar e quando aqueles aproximaram-se desarmados foram atacados.

Inúmeros outros ataques foram ainda disferidos, sobretudo, nos anos 70 do século XVIII, como o relatado em 26 de Dezembro de 1779 outro Ofício de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres é enviado ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar dando conta sobre o gravíssimo incômodo e despesa que tem feito o destacamento de Nova Coimbra e as “incursões dos ferozes e atrevidos Guaikuru”. (AHU/NDIHR, Mf. 19, doc. 1255).

No fim do século XVIII foram os Cavaleiros um dos maiores flagelos dos navegantes e também de numerosos lavradores de Cuiabá e Mato Grosso, Sérgio Buarque de Holanda (1990, p.96) calculou que, por volta de 1795, mais de quatro mil paulistas e outros portugueses foram vítimas de sua sanha. Quando havia passado o maior perigo de assaltos do Paraguai e dos Guaikuru fortificações foram levantadas às margens do rio São Lourenço e mesmo do Paraguai. (HOLANDA, 1990, p.99).

No fim do século, portanto, há uma crescente aproximação entre os Guaikuru e os luso - paulistas, esta todavia, não foi realizada de forma aleatória, e sim, fez parte de um projeto, qual seja o de ganhar a “amizade” dos indígenas como estratégia de conquista, através daquilo que de mais essencial estes possuíam, sua cultura.

É somente no último quartel deste século que tal conjuntura se transforma, pois conscientes da resistência indígena, os luso – paulistas estrategicamente mudam de postura, passando assim a buscar a amizade dos Guaikuru, para tanto passam a presentear-los com facas, foices e inúmeros outros objetos que pudessem agradá-los. No ano de 1796 é formalizado um acordo de paz entre dois chefes Guaikuru e o então Capitão General da Capitania, João de Albuquerque Pereira e Cáceres. Tal acordo representou para estes índios muito mais que “a paz”, foi antes de mais nada adentrar num outro mundo, noutras

representações e códigos que eles passaram a absorver através do processo de transculturação, aqui entendido como a troca recíproca de valores culturais, mesmo que em níveis díspares.

De acordo Mary Louise Pratt (1999, p.30) o termo transculturação propõe a substituição dos batidos conceitos de aculturação e desculturação que descreviam a transferência de cultura de modo reducionista, imaginada a partir dos interesses da metrópole.

A partir de então, inúmeros índios carregando suas famílias mudaram-se para os então nascentes núcleos populacionais, como Albuquerque – atual cidade de Corumbá. As mudanças culturais acarretadas foram muitas como a troca de nomes indígenas por outros aportuguesados, o uso de vestimentas e acessórios, como roupas, sapatos e chapéus, a introdução da religião católica e o uso indiscriminado do álcool.

Contudo, quando tal mudança se deu no seio da cultura Guaikuru muitos destes não os acompanharam, houve, por assim dizer, uma fragmentação do grupo em outros dois: os Beaqueos e os Kadiwéu. Porém, apenas o segundo nos interessa, no momento, como objeto de pesquisa.

Os Kadiwéu, após a aproximação dos Guaikuru com os portugueses, retiraram-se para o interior do Pantanal no intuito de protegerem-se, assim permaneceram por longos anos durante o século XIX, todavia, devido às conjunturas políticas e econômicas inerentes ao período foram novamente alcançados pelo “progresso”. A região pantaneira despertou o interesse de fazendeiros decididos à criação extensiva de gado, além disso, estes tiveram ainda que enfrentar a Guerra do Paraguai. O resultado de tantas intervenções levou os Kadiwéu a sangrentos conflitos armados com tais fazendeiros, enfrentaram, ainda o descaso governamental que recusava-se a reconhecer como legítimas as terras que estes reclamavam como suas, a guerra com os vizinhos também levou à morte de muitos, mas a partir desta, porém, os Kadiwéu passaram a conhecer e a manusear armas de fogo.

A participação dos Kadiwéu na Guerra do Paraguai deve constar como momento decisivo na vida desses índios e de suas relações ambíguas com o Império brasileiro e com a República paraguaia, ora demonstrando apoio a um ora a outro. Estas constatações nos permitem interrogar sobre os interesses próprios que estes índios defendiam e em quais circunstâncias.

Portanto, ao longo do século XIX, os Kadiwéu foram entrando em contato, assim como seus ancestrais Guaikuru no século anterior, com um novo mundo simbólico, com outras práticas e representações e estas, por sua vez, transformaram suas vidas. Estas transformações culturais, a forma de observar o outro - alteridade - e a construção de uma identidade a partir desses novos elementos constituem o interesse de minha pesquisa, não

desconsiderando, todavia, o contexto histórico, em especial as discussões em torno da formação de uma “identidade nacional” bem como os inúmeros discursos decorrentes desta temática. São essas as questões que persigo no momento...

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, R. H. de. **O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Ed. UnB, 1997.
- BALDUS, H. Introdução. In: BOGGIANI, G. **Os Caduveos**. São Paulo, EDUSP, 1975.
- CANAVARROS, O. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727- 1752)**. Cuiabá: EDUFMT, 2004
- COSTA, M. de F. Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal. In: PRIORE, M. GOMES, F. (Orgs). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- ELIAS, N. **O processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. Vol. 2.
- GRUPIONI, L. D. B.(Org). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.
- HOLANDA, S. B. de. **Monções**. Ed. Brasiliense. 3ª ed. São Paulo, 1990.
- PRADO, F. R. do. **História dos índios cavaleiro ou da nação Guaicuru (1975)**. RIHGB, tomo I, n. 1, 1839
- PRATT, M. L. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru. São Paulo: EDUSC, 1999.
- SÁ, J. B. de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios théos presentes tempos (1775)**. Cuiabá, UFMT, 1975.
- VOLPATO, L.R **A conquista da terra no universo da pobreza: Formação da fronteira oeste do Brasil 1719-1819**. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1987.